

POSSIBILIDADES DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS: A SITUAÇÃO NA SUB-BACIA DO ARROIO DURO – CAMAQUÃ/RS

¹ Marcel Nunes Fróes; ² Karen Follador Karam.

RESUMO

O presente trabalho realizado na Sub-bacia do arroio Duro, no município de Camaquã, estado do Rio Grande do Sul, teve como objetivos primordiais caracterizar os sistemas de produção agrícola existentes no local, identificar os conflitos de uso da água e solo e as possibilidades para a construção de um processo de gestão dos recursos hídricos. Na identificação do sistema rural de produção a montante da barragem, constatou-se que a estrutura fundiária é constituída de unidades de agricultura familiar, com predominância de produtores que se dedicam à cultura do fumo como principal fonte de ingresso monetário. A jusante da barragem, a paisagem caracteriza-se pela presença de pequenas e médias propriedades, que estão voltadas à produção do arroz irrigado. Os principais conflitos identificados dizem respeito ao uso do solo, a montante da barragem, com o comprometimento da disponibilidade de água, para uso a jusante, em quantidade e qualidade. A pesquisa realizada com agricultores familiares dos dois sistemas de produção e com corpo técnico, apontou possibilidades de se construir processos para a gestão de recursos hídricos da Sub-bacia do arroio Duro, baseando-se no que já preconiza a lei Federal e Estadual. O estudo sugere criar programas de conscientização dos envolvidos, a formação de um sub-comitê de gestão, enfatizando a participação comunitária e análise sobre a adoção de medidas compensatórias.

INTRODUÇÃO

A montante da barragem, predomina o sistema de produção característico de segmentos da agricultura familiar, que apresenta uma estrutura fundiária baseada na pequena propriedade rural, voltado à policultura (fumo, milho, mandioca, feijão, e outras culturas) destinada ao consumo próprio e ao mercado. Esta região é composta, em toda sua extensão, por propriedades com área de plantio em torno de 5 ha, e a maioria dos produtores está vinculada à produção de fumo, principal fonte de ingresso monetário. Pelo uso de técnicas agrícolas pouco apropriadas, decorrem fortes impactos ambientais, como a erosão, o assoreamento e a poluição das águas por agrotóxicos.

¹ UFSC – Mestre em Agroecossistemas – mnfroes@bol.com.br

² UFSC – Doutora e professora do curso de mestrado em Agroecossistemas – karen@cca.ufsc.br

Na área situada a jusante da barragem, após a cidade de Camaquã, predomina o sistema de produção estruturado em pequenas e médias propriedades, que mantêm sua atividade produtiva centrada na cultura do arroz irrigado, consorciada com a do soja e a com a criação de gado de corte. Os produtores pesquisados caracterizam-se por pequenos proprietários (80%) e o segmento entre médio e grande (20%) vinculados à Associação dos Usuários do Perímetro de Irrigação do Arroio Duro - AUD.

A gestão de uma sub-bacia envolve vários segmentos da sociedade com diversos interesses, portanto a participação dos diversos atores torna-se imprescindível para que se enumere e avalie-se as condições sociais e econômicas da população e as demandas dos recursos naturais da bacia. Assim, no local de estudo, há três grupos distintos: os rizicultores, ou aqui também chamados arroteiros e os usuários urbanos, diretamente beneficiados pela barragem, e os fumicultores, a montante desta, “responsabilizados” pelos eventuais danos causados ao sistema hídrico, considerando-se todos os interesses legítimos.

GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA SUB-BACIA DO ARROIO DURO

A bacia hidrográfica é entendida na atualidade como uma unidade de estudo e também de planejamento. Para tanto é fundamental a análise da totalidade dos recursos ali envolvidos, mas, para efeito didático, assume-se que são os recursos hídricos os que melhor espelham o conjunto de problemas que afetam tal unidade. Para além da identificação de tais problemas, esta unidade comporta processos de gerenciamento, os quais, na maior parte das vezes, articulam interesses diversos que necessitam estar voltados à integridade do patrimônio dos recursos naturais da unidade, sendo a água sua expressão maior.

Entende-se que o gerenciamento ou gestão de um recurso natural, consiste na articulação do conjunto de ações dos diferentes agentes sociais, econômicos ou socioculturais, objetivando compatibilizar o uso, o controle e a proteção deste recurso ambiental, disciplinando as respectivas ações antrópicas, conforme a política estabelecida para o mesmo, de modo a se atingir o desenvolvimento sustentável (FREITAS, 2000).

Neste contexto sistêmico é que se deve relacionar a disponibilidade do recurso natural água com o recurso natural solo, sendo que ambos podem ser assegurados quando houver a clara percepção de suas interações. Esse processo impõe que o manejo desses recursos não deve ser pensado de forma individualizada. Como decorrência, pode-se afirmar que proteger o meio ambiente como um todo é a única forma de garantir a proteção dos recursos hídricos, matéria que é destaque no presente estudo.

Sub-bacias como a do arroio Duro não podem ter seu próprio comitê, nos termos da Lei nº 10.350/94, cujas atribuições específicas determinam que o planejamento a médio e longo prazo deve ser feito em unidades espaciais maiores, envolvendo problemas e recursos mais amplos. Para que se forme um comitê do tipo previsto na Lei, é preciso que a bacia tenha um certo porte ou dimensão, tanto em termos geográficos, quanto socioeconômicos. Mas, devido à complexidade que envolve uma gestão de bacias e, conforme a Lei, esta gestão comportar grande extensões, se uma comunidade como a do arroio Duro diagnosticar que possui problemas e desejar atuar sobre seus componentes, pode e deve organizar-se para tanto, seja para equacionar problemas e encontrar medidas localizadas, seja para levar ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã os problemas e os pleitos referentes àquela parcela.

Escolheu-se realizar o trabalho na Sub-bacia do arroio Duro por ocorrer, no local, uma situação onde coexistem vários interesses. Os produtores rurais da bacia, situados na região a montante da barragem, que cultivam o fumo como principal economia e outras culturas anuais para subsistência utilizando técnicas da agricultura convencional, as quais tendem a causar o assoreamento da barragem e a contaminação das águas por sedimentos e agrotóxicos, porém não dependem das águas da barragem. A jusante da barragem encontram-se os orizicultores, que utilizam as águas da barragem para irrigação da cultura do arroz e são extremamente dependentes da irrigação para desenvolver suas lavouras e a cidade de Camaquã, que também é abastecida pelas águas da barragem.

Neste estudo assume-se a hipótese de que há uma situação com expressiva complexidade no uso dos recursos hídricos na Sub-bacia do arroio Duro, a qual merece ser tratada no âmbito de um processo de gestão participativa. Dela emergem conflitos de interesses entre dois sistemas agrários, o dos agricultores situados na região a montante da barragem, envolvidos em produzir fumo e não dependentes da água, e o dos produtores situados a jusante, preocupados em garantir água para a irrigação do arroz. O impasse torna-se evidente a partir do momento que estes usuários das águas têm seus interesses afetados pelas atividades realizadas por aqueles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identificar atores sociais nas mais distintas esferas, desde os órgãos públicos, os privados até as lideranças locais, parece se constituir em uma estratégia essencial para por em prática o que preconiza a Lei Estadual nº 10.350/94 e a Lei Federal nº 9.433/97, no que se refere a eficiência para o tratamento dos recursos hídricos, se ancorada em dois conceitos fundamentais: de um lado tratar a água como bem

público e, de outro, apontar para o envolvimento das comunidades locais no processo de gestão deste bem.

Para que esses grupos estabeleçam-se seria necessário criar programas que possibilitem a conscientização de todos os envolvidos, na tarefa de apontar os problemas existentes e de angariar fundos financeiros a serem aplicados na sub-bacia com o objetivo de proteger as águas. Sugere-se formar um sub-comitê local com representantes dos vários setores da comunidade para apresentar as questões a serem resolvidas e melhor encaminhar as soluções.

Os efeitos negativos da produção de fumo sobre os recursos hídricos, tornando-os impróprios ao consumo da população a jusante da barragem, neste caso, as indústrias de fumo representam uma externalidade negativa ou um custo externo para a sociedade na qual está inserida, não só econômico como em qualidade de vida. Na maioria das vezes a não consideração de tais efeitos negativos ao ambiente acarreta um custo social que não é assumido pela indústria, devendo ser considerado como um ao passivo ambiental, o qual deve ter repercussões na margem de lucro. Sendo assim as indústrias fumageiras devem arcar com este compromisso não só como partícipe de um futuro Sub-Comitê da bacia do arroio Duro, como arcando com recursos financeiros advindos dos dados sob sua responsabilidade.

O processo de mobilização social deve merecer atenção especial quanto à articulação, pois depende da disponibilidade de pessoal técnico para realizá-la a fim de se compor o Sub-comitê e para que este seja representado no Comitê da Bacia do Rio Camaquã. O que se propõe, com a formação do sub-comitê é distribuir responsabilidades entre os usuários das águas (rizicultores e população urbana), a população da Sub-bacia (fumicultores), instituições locais e as indústrias fumageiras.

O grande desafio para o sub-comitê local seria compatibilizar os interesses dos diferentes grupos. Neste ponto, cabe salientar que o dispositivo da cobrança pelo uso da água seria um novo encargo para os rizicultores e a população urbana, mas os próprios produtores e os cidadãos afetados decidirão, junto ao Comitê de Bacia do Rio Camaquã, representados pelo seu Sub-Comitê, o programa de gestão a ser operacionalizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREITAS Adir J. de. Gestão de Recursos Hídricos. **Gestão de Recursos Hídricos; aspectos legais, econômicos, e sociais.** Editores: Fernando Falco Pruski; Demetrius David da Silva- Brasília, DF: SRH; Viçosa, MG: UFV; Porto Alegre: ABRH, cap.1 pág 1 - 118 (2000). 659p.